



**Universidade de Brasília**  
**Instituto de Psicologia**  
**Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato***  
***Sensu***  
**Especialização em Desenvolvimento Humano,**  
**Educação e Inclusão Escolar**

**ARTENIZIA LEONEL DIAS**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO**  
**CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO**  
**TOCANTINS**

**PALMAS, TO**  
**NOV. 2015**

**ARTENIZIA LEONEL DIAS**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO  
CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
TOCANTINS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência para aprovação final do Pós- Graduação *Lato Sensu* em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar pela Universidade de Brasília – UNB, sob orientação da Professora Norma Lucia Neris de Queiroz.

Palmas, TO 28 de novembro de 2015.

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

### **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelas professoras:

---

Profa. Dra. NORMA LÚCIA NERIS DE QUEIROZ (Orientadora)

---

Profa. Dra. SANDRA REGINA SANTANA COSTA (Examinadora)

-----

ARTENIZIA LEONEL DIAS

**Palmas-To, 28 de novembro de 2015.**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho primeiramente a Deus e a todas as pessoas que sempre me fizeram acreditar na realização dos meus sonhos e me incentivaram para que eu pudesse realizá-los, sobre tudo a meus pais, irmãos e minha filha Maria Rita.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para que eu chegasse a essa etapa final. Muitos foram os obstáculos, até mesmo o desânimo e medo, mas sempre nesses momentos tinha alguém para me dar apoio e incentivo, mesmo que apenas uma palavra amiga. A todos que me ajudaram com seus conselhos, orientações e contribuições acadêmicas meu muito obrigada. São vocês amigos, colegas de curso e de trabalho, parentes, e até mesmo desconhecidos, tutores e orientadores, seja presencial ou online, todos foram importantes e necessários durante toda essa jornada.

## RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de identificar no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, se a graduação assegura aos futuros profissionais as condições básicas de atuarem com e na educação inclusiva de forma eficiente. E tem como objetivos específicos conhecer as Diretrizes Nacionais para a formação docente; verificar a legislação da Educação Inclusiva no Brasil; analisar o Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins; discorrer sobre o saber docente e sua prática em sala de aula numa perspectiva de diversidade e Educação Inclusiva. Para alcançar o objetivo proposto foi realizada uma pesquisa bibliográfica, onde se estudou os documentos de referência e autores na temática. Tendo como principais documentos as diretrizes e legislação nacional em torno da educação inclusiva, como a Constituição Federal, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva e a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão N<sup>o</sup> 4/2007, que dispõe sobre o Projeto Político Pedagógico do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins e autores de renome na temática, como Carvalho (2005), Freire (2001), Gallagher (1974), Miranda (2003) e Nogueira (2008). As sínteses construídas ao longo do trabalho nos permitiram fazer um levantamento teórico de como a Educação especial foi sendo construída ou compreendida no currículo do curso de graduação de Pedagogia. Foi possível observar que esse currículo ainda não traz elementos específicos para a formação dos profissionais para atuar na educação inclusiva em todas as demandas feitas pela escola. Sendo deficiente em muitos aspectos, cabendo ao graduando, um maior aporte teórico e prático, tendo em vista também que a educação especial é bastante complexo e dinâmico, necessitando de uma formação constante. Os resultados foram: a) o curso de Pedagogia da UFT-TO não apresenta elementos suficientes para afirmar que o graduando ao se formar terá o conhecimento básico necessário para atuar com a diversidade presente na educação inclusiva. Conclui-se que não é possível afirmar que os graduandos do curso de pedagogia da Universidade Federal do Tocantins ao completar sua formação estejam aptos para atuarem na educação inclusiva de forma eficiente, isto porque o curso oferece pouquíssimo aporte teórico e prático aos alunos, na temática da educação inclusiva.

**Palavras-Chave:** Educação Especial. Formação no Ensino Superior. Curso de Pedagogia.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>10</b>
<b>2.1 Conceito da educação inclusiva .....</b>	<b>10</b>
<b>2.2 Algumas representações da educação especial no Brasil: marcos históricos e políticas públicas.....</b>	<b>11</b>
<b>2.3 Formação docente no curso de pedagogia da Universidade Federal do Tocantins com vistas na educação inclusiva .....</b>	<b>20</b>
<b>3 OBJETIVOS.....</b>	<b>26</b>
<b>3.1 Objetivo Geral .....</b>	<b>26</b>
<b>3.2 Objetivos Específicos .....</b>	<b>26</b>
<b>4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>26</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>27</b>
<b>5 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>29</b>

# 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de identificar no curso de pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, se a graduação assegura aos futuros profissionais as condições básicas para atuarem na Educação Inclusiva de forma eficiente. E tem como objetivos específicos conhecer as Diretrizes Nacionais para a formação docente; verificar a legislação da Educação Inclusiva no Brasil; analisar o Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins; discorrer sobre o saber docente e sua prática em sala de aula numa perspectiva de diversidade e Educação Inclusiva.

Para alcançar o objetivo proposto o trabalho está dividido da seguinte forma: na primeira parte é abordado o conceito de educação inclusiva, fazendo uma retrospectiva histórica até os dias atuais. No segundo momento é apresentada algumas representações da educação especial no Brasil, seus históricos e políticas públicas; por último é feita uma análise da formação docente no curso de pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, buscando identificar se o curso oferece uma formação básica para o futuro professor atuar com a educação especial.

Para atender aos objetivos propostos a presente pesquisa será exploratória. De acordo com Gil (1999) um trabalho é de natureza exploratória quando envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram (ou tem) experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão. Possui ainda a finalidade básica de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias para a formulação de abordagens posteriores.

Dessa forma, este tipo de estudo visa proporcionar um maior conhecimento para o pesquisador acerca do assunto, a fim de que esse possa formular problemas mais precisos ou criar hipóteses que possam ser pesquisadas por estudos posteriores. Ainda de acordo com Gil (1999) as pesquisas exploratórias, visam proporcionar uma visão geral de um determinado fato, do tipo aproximativo.

Em pesquisa exploratória torna-se imprescindível que o pesquisador tenha um olhar crítico e profissional diante do objeto investigado, para obter um bom resultado. A pesquisa de cunho exploratória proporciona maior familiaridade com o problema abordado através do levantamento com entrevistas e pesquisas bibliográficas ou um estudo de caso. Neste sentido, o pesquisador parte do conhecido para o desconhecido, o qual consegue um novo olhar sobre o objeto estudado.



A pesquisa mesmo tendo uma parte bibliográfica não deixa de ser exploratória, não tendo nem mais nem menos importância que os demais tipos de pesquisa. Lakatos e Marconi (2003, p. 224), apontam que “pesquisa alguma parte hoje da estaca zero”. Mesmo que exploratória, isto é, de avaliação de uma situação concreta desconhecida, em um dado local, ou alguém, um grupo, em algum lugar, já deve ter feito pesquisas iguais ou semelhantes, ou mesmo complementares de certos aspectos da pesquisa pretendida. Seu objetivo é a caracterização inicial do problema, sua classificação e sua definição. Constitui o primeiro estágio de toda pesquisa científica, A procura de tais fontes, documentais ou bibliográficas, toma-se imprescindível para a não duplicação de esforços, a não "descoberta" de ideias já expressas, a não inclusão de "lugares-comuns" no trabalho. A citação das principais conclusões a que outros autores chegaram permite salientar a contribuição da pesquisa realizada, demonstrar contradições ou reafirmar comportamentos e atitudes. Tanto a confirmação, em dada comunidade, de resultados obtidos em outra sociedade quanto à enumeração das discrepâncias são de grande importância.

A pesquisa tem uma abordagem qualitativa e não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. “Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria”. (GOLDENBERG, 1999, *apud* GERHARDT & SILVEIRA, 2009, p. 31)

A pesquisa qualitativa não prioriza a quantidade e sim as informações importantes para a conclusão de um determinado estudo, são priorizadas as falas, os dados, as imagens, o ambiente, ou seja, todo o processo é importante para conclusão de uma investigação científica.

As características básicas da abordagem qualitativa podem, brevemente, ser agrupadas como seguem, tendo como fonte a análise de Bogdan; Biklen, 1994, *apud* Lüdke; André (1986):

- a) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento;
- b) Os dados coletados são predominantemente descritivos;
- c) A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto;
- d) O significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador;
- e) A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo (*ibid*, p.11).

Completando esses princípios básicos, pode-se dizer que a pesquisa qualitativa não se preocupa, apenas, com os dados evidentes, mas, com as representações dos “sujeitos cotidianos”.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Conceito da educação inclusiva**

O tema educação inclusiva como conhecemos hoje, é relativamente novo, foi a partir das mudanças em diversos segmentos da sociedade, como, por exemplo, a medicina, a ciência e a tecnologia, entre outras é que a compreensão de que o desenvolvimento do ser humano ocorre de forma singular em cada indivíduo. Cada um a seu tempo e em ritmos próprios, ou seja, o conceito de desenvolvimento é peculiar em cada sujeito.

Observamos, que durante muito tempo a escola que concebia o ser humano como um grupo homogêneo e assim também era o seu processo de ensino e de aprendizagem, ficando aqueles alunos que não se adequavam aos padrões ou normas vigentes fora do ensino comum.

De maneira geral, a partir do momento em que os direitos civis foram constituídos e as pessoas passaram a ter os mesmos direitos e deveres, devendo estes direitos, como a educação, serem mantidos pelo estado, a sociedade passa a querer e exigir uma educação de qualidade que atenda a todos.

Segundo Malvão *et al* (2006) afirma que uma proposta de educação inclusiva envolve uma escola que se identifica com princípios educacionais humanistas e cujos professores têm um perfil que compatível com esses princípios. Isto é, a educação inclusiva perpassa necessariamente pelo professor, sendo ele um dos principais agentes da inclusão escolar.

Para isso é preciso que a escola compreenda em seu interior o que é a inclusão, isto implica respeitar as diferenças, saber que todos os alunos constituem um grupo com especificidades e particularidades próprias, o que faz de cada indivíduo um ser único dentro de uma coletividade.

Malvão *et al* (2006) destaca ainda que os Parâmetros Curriculares Nacionais preconizam a atenção à diversidade escolar e baseiam-se no pressuposto de que a realização de adaptações curriculares pode atender às necessidades particulares de aprendizagem dos alunos. Portanto, “a educação inclusiva implica na convicção de que o aluno e a escola devem

se aprimorar para alcançar a eficiência da educação, a partir da interatividade entre esses dois atores do processo educativo”. ( 2006, p. 52)

Paula (2004) diz que a inclusão escolar é uma proposta, um ideal. Se quisermos que nossa sociedade seja acessível, que delas todas as pessoas com necessidades especiais possam participar com igualdade de oportunidades, é preciso fazer desse ideal uma realidade a cada dia. Para que a cidadania aconteça de fato no interior da escola e se estenda a toda sociedade, faz-se necessário pensar o homem em sua subjetividade. E a educação inclusiva é um processo amplo e essencial para se perceber os sujeitos em sua individualidade.

Carvalho (2005) diz que ao refletir sobre a abrangência do sentido e do significado do processo de Educação inclusiva, estamos considerando a diversidade de aprendizes e seu direito à equidade. Trata-se de equiparar oportunidades, garantindo-se a todos - inclusive às pessoas em situação de deficiência e aos de altas habilidades/superdotados, o direito de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva a define esta como da seguinte maneira:

[...] educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (2007, p. 1)

E define ainda o seu público na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos.

## **2.2Algumas representações da educação especial no Brasil: marcos históricos e políticas públicas**

A educação de pessoas com alguma necessidade educacional especial no Brasil seguiu as políticas mundiais de atendimento a esse público. Com isto temos um longo período de segregação, no qual esses alunos eram mantidos em escolas e salas separadas, ou mesmo

não eram aceitos nas escolas, algumas escolas comuns não aceitavam esses alunos. Esse pensamento perdurou por muitos séculos, onde a pessoa com algum tipo de deficiência era marginalizada, segregada ou até mesmo impedida de conviver com pessoas “normais”.

Sabe-se que a deficiência no Brasil e no mundo foi vista durante muito tempo como um peso para a sociedade, sendo estas pessoas consideradas incapazes e discriminadas em todos os aspectos sociais. Até mesmo as famílias optavam por escondê-las, sendo tratadas como pessoas amaldiçoadas por Deus, ou uma forma de Deus punir os seus familiares. Miranda (2003) diz inicialmente que a deficiência é evidenciada em uma primeira fase, foi marcada pela negligência dos cuidados, Na era pré-cristã, havia uma ausência total de atendimento dessas pessoas. Os deficientes eram abandonados, perseguidos e eliminados devido às suas condições atípicas, e a sociedade legitimava essas ações como sendo normais.

Aos poucos a concepção de deficiência foi se modificando, as transformações sociais e os avanços em diversos campos, como a Medicina e a tecnologia, permitiram conhecer melhor essas pessoas, entendê-las e inseri-las na sociedade, bem como contribuir para conquistar autonomia e longevidade. Esse processo iniciou ainda, segundo Miranda (2003), nos séculos XVIII e meados do século XIX. Neste período, encontra-se a fase da institucionalização, em que os indivíduos que apresentavam deficiências eram segregados e protegidos em instituições residenciais. O terceiro estágio é marcado, final do século XIX e meados do século XX, foi marcado pelo desenvolvimento de escolas e/ou classes especiais em instituições públicas, visando oferecer à pessoa deficiente uma educação à parte. No quarto estágio, no final do século XX, por volta da década de 1970, observa-se um movimento de integração social dos indivíduos que apresentavam deficiência, cujo objetivo era integrá-los em ambientes escolares, o mais próximo possível daqueles oferecidos à pessoa normal.

No Brasil o atendimento às pessoas com deficiência não seguiu as mesmas fases marcadas como nos países europeus. Pode-se dizer que, em suma, houve um descaso com essa população, que passou a ter um “cuidado” mais significativo a partir da criação das Rodas dos Expostos. Segundo Nogueira (2008) *apud* Moraes (2000), o autor afirma ainda que a primeira Roda dos Expostos surgiu em Salvador, no ano de 1726, a segunda no Rio de Janeiro, no ano de 1738 e a terceira em São Paulo, no ano de 1825. Este processo poderia ter facilitado o ingresso de crianças com alguma anomalia a um local de atendimento mais especializado, já que os pais ou aqueles que deveriam cuidar dessas crianças, não os desejavam ou estavam impossibilitados de criá-los, por vários motivos. Em meados do século XIX, algumas províncias enviaram religiosas para a administração e a educação dessas

crianças, como por exemplo, irmãs de caridade de São Vicente de Paula, religiosas de Dorotéia, Filhas de Santana, Franciscanas de Caridade. Assim, havia possibilidade de não só serem alimentadas como também de até receberem educação.

A ideia da deficiência era vista de forma generalizada, muitas vezes o próprio modo de ser ou de agir das pessoas, era uma maneira de identificar os “anormais”. Essa era a ciência médico-pedagógico de vários países em todo o mundo. No Brasil, em 1914 tivemos a publicação do trecho de um artigo de italiano Pizzoli, especialista em psicologia e pedagogia científica, no qual ele diz que:

O aspecto externo (atitude geral, a fisionomia, o vestuário, a postura espontânea) caracteriza e revela a condição psicológica da criança [...] O primeiro cuidado do professor será distinguir o tipo inteligente normal médio do tipo débil de espírito (imbecilidade, deficiências por paradas de desenvolvimento, atrasos, etc.) (PIZZOLI, 1924, p. 27)

Nota-se pelas palavras do autor acima que o professor deveria distinguir nas classes os possíveis alunos “anormais”. Segundo Kassir (2011) havia alguns registros de matrículas de alunos com deficiências em escolas públicas e privadas, a autora afirma que era possível dizer que, no país, a organização de instituições especializadas foi a referência para o atendimento a essas pessoas. Prova disso é que em 1933 o Decreto 5.884 de 1933, regulamentou a educação pública especial no estado de São Paulo, no qual deixava clara a preferência pela implantação das classes especiais:

#### Parte VII

##### Da educação especializada

##### Art. 824

##### Dos tipos de escolas especializadas:

- a) escolas para débeis físicos
- b) escolas para débeis mentais
- c) escolas de segregação para doentes contagiosos
- d) escolas anexas aos hospitais
- e) colônias escolares
- f) escolas para cegos
- g) escolas para surdos-mudos
- h) escolas ortofônicas
- i) escola de educação emendativa dos delinquentes.

Onde não for possível a instalação de escolas especializadas autônomas [...] serão organizadas classes para esses fins especiais nos grupos escolares.

Kassir (2011) destaca que, nesse período o país iniciava um processo de transformação econômica. Foi instalado em São Paulo o seu parque industrial, e a sociedade estava sob a supervisão de organismos públicos de inspeção sanitária. Sendo assim, com o crescimento das cidades, as pessoas começaram a migrar dos campos, aumentando significativamente as matrículas escolares, especialmente da população pobre. Havia a

preocupação com as crianças no tocante à higiene e à saúde. Ainda de acordo com o Decreto de 1933 em seu Artigo 826:

As escolas de débeis físicos se destinam às crianças desnutridas ou em crescimento em atraso as quais convenha regime especial de trabalho escolar, com o fim de reintegrá-las na normalidade física (DECRETO 5.884, de 1933)

Essa preocupação era justificada pela ciência e pelo capital. A ciência associava as más condições físicas aos casos de anormalidades. Na década de 1930 o que mais foi relevante para a educação especial no país foi o trabalho de Helena Antipoff, que veio para o Brasil a convite do governo de Minas Gerais e funda aqui o Instituto Pestalozzi de Minas Gerais, este instituto acabou por influenciar todas as ações de educação de todo o país. Naquela época as crianças eram agrupadas de acordo com os testes de inteligência a que eram submetidas, essa seleção serviu para organizar as classes homogêneas e as classes especiais.

Kassar (2011, p. 67) cita que a partir dessa época:

Vemos, pelo decreto do estado de São Paulo e pelo Boletim da Secretaria de Educação do estado de Minas Gerais, ambos dos anos de 1930, que na história da educação brasileira a separação foi constituindo-se como preferência e não exceção. Dessa forma, a separação de crianças foi (e talvez ainda seja) uma prática pedagógica proposta para a educação em geral. Partindo do pressuposto de adequação dos espaços segregados e com escassas escolas públicas no país, durante a primeira metade do século XX, pais e profissionais de pessoas com deficiências passaram a se organizar e formar instituições privadas de atendimento especializado. Essas instituições acabaram ocupando um lugar de destaque na Educação Especial brasileira, chegando a confundir-se com o próprio atendimento público, aos olhos da população, pela gratuidade de alguns serviços. Assim surgiram a Pestalozzi do Brasil no Rio de Janeiro em 1945, a Pestalozzi de Niterói em 1948, ambas com o apoio e colaboração de Helena Antipoff<sup>13</sup>. Seguindo essa tendência, em 1954, também no Rio de Janeiro, a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE [...].

Jannuzzi (1985) afirma que muitas decisões da política de educação especial são frutos de pressões dessas associações. Muitas delas existem até os dias de hoje, Em 1961 quando o governo federal passou a legislar sobre a educação especial em todo o país, ele não deixou de contemplar como financiamento dessas instituições.

Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções (BRASIL, 1961)

Em 1971 o país rever sua legislação educacional e foi instituída uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o ensino obrigatório que era de quatro anos

passou a ser de oito, assim é criado o Ensino de 1<sup>o</sup> grau. A educação especial foi contemplada nessa LDB (1971) no Artigo 9<sup>o</sup>. Esta LDB passou a caracterizar os alunos de educação especial:

[...] os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação (BRASIL, 1971).

A partir desse momento o número de alunos na educação especial se ampliou, todos os alunos que não conseguiam aprender no sistema regular de ensino, independente do motivo, poderia ser um aluno especial, não sendo necessário um diagnóstico específico, bastava um documento do professor, confirmando as dificuldades de aprendizagem do aluno.

Outro ponto importante na história da educação especial no Brasil foi a criação do Centro Nacional de Educação Especial – CENESP – 1973, Jannuzi (1985) diz que para coordenar a parte técnica desse centro, foram indicados James J. Gallagler e David M. Jackson. Nesse momento, todos os discursos da educação eram voltados para o desenvolvimento econômico do país. Com isso a educação especial poderia também ser um fator de produção econômico, deixando de ser apenas uma despesa para o governo. Sendo que a pessoa deficiente deveria ser vista como uma parte do capital humano produtivo, essa visão já estava sendo contemplada nos USA, como vemos abaixo:

[...] um retardado e internado entre as idades de 10 e 60 anos, nos Estados Unidos, para ser cuidado, custa ao Estado US\$ 5.000 ao ano, ou um total de US\$250.000 durante toda a sua vida. O mesmo indivíduo recebendo educação e tratamento adequados pode tornar uma pessoa útil e contribuir para a sociedade. Assim, o custo extra que representam os custos extras com educação especial pode ser compensador quanto a benefícios econômicos maiores. Há um estudo segundo o qual um adulto retardado e educado poderia ganhar US\$ 40 para cada dólar extra despendido com sua educação. (GALLAGHER, 1974, p. 100)

Nogueira (2008) afirma que nos anos 1980 e 1990, declarações e tratados passaram a defender a inclusão em larga escala. Em 1985, a Assembleia Geral das Nações Unidas lançou o Programa de Ação Mundial para Pessoas Deficientes, que recomendava: “Quando for pedagogicamente factível, o ensino de pessoas deficientes deve acontecer dentro do sistema escolar normal”. Em 1988, no Brasil, o interesse pelo assunto foi provocado pelo debate antes e depois da Constituinte. A nova Constituição, promulgada em 1988, garantiu atendimento aos portadores de deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino.

A Constituição Federal de 1988 deu ênfase aos direitos civis e a descentralização e municipalização das políticas sociais, a educação passou a ser um direito subjetivo de todo ser humano, como citado no Artigo 205:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

A Constituição Federal também trouxe em seu interior um marco nas relações sociais no tocante ao deficiente físico, sendo a primeira nação a fazer menção à deficiência numa Constituição. Ela colocou o deficiente físico sobre os cuidados do Estado, garantindo-lhes o direito à cidadania, e buscou corrigir anos de exclusão no Art. 227 do §1º;

II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de Deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente. Portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a. Facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

De acordo com a Lei Federal nº 7.853 de 1989, no seu Artigo 2º, prevê a oferta obrigatória e gratuita da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino e prevê crime punível com reclusão de um a quatro anos e multa para os dirigentes de ensino público ou particular que recusarem e suspenderem, sem justa causa, a matrícula de um aluno.

A Convenção de Salamanca (1994) foi a principal tentativa de incluir o deficiente nas escolas, de forma justa e digna em todo o mundo, os países se comprometeram a cumpri-la, e determinava a todos os seus signatários que:

- ✓ Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
  - ✓ Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
  - ✓ Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;
  - ✓ Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;
- Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 1)

Embora a Convenção de Salamanca fosse direcionada à educação especial, ela não pode deixar de destacar como o ensino comum tem relação direta com a educação especial, e que era preciso introduzir mudanças significativas na educação de maneira geral,



especialmente, nos países em desenvolvimento como os do Terceiro Mundo, já que nesses os índices de escolarização da população eram baixos, o que prejudicava ainda mais o desenvolvimento econômico, e que as classes especiais geravam um alto custo e poucos resultados econômicos e sociais:

A experiência, sobretudo nos países em via de desenvolvimento, indica que o alto custo das escolas especiais supõe, na prática que só uma pequena minoria de alunos [...] se beneficia dessas instituições [...] Em muitos países em desenvolvimento, calcula-se em menos de um por cento o número de atendimentos de alunos com necessidades educativas especiais. A experiência [...] indica que as escolas integradoras, destinadas a todas as crianças da comunidade, têm mais êxito na hora de obter o apoio da comunidade e de encontrar formas inovadoras e criativas de utilizar os limitados recursos disponíveis (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 24-25)

Era imprescindível que a maneira como a educação era percebida deveria ser mudada, o mundo vivia em um novo paradigma nas relações sociais, embora a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, já tinha modificado o paradigma existente da inclusão. Apenas no final do século XX é que todo o mundo passou a comungar do mesmo ideal de inclusão defendido pela Organização das Nações Unidas (UNESCO), onde esta colocou seu Relatório da Comissão Internacional para a Educação no século XXI que:

[...] quando as crianças têm necessidades específicas que não podem ser diagnosticadas ou satisfeitas no seio da família, é à escola que compete fornecer ajuda e orientação especializadas de modo a que possam desenvolver os seus talentos, apesar das dificuldades de aprendizagem e das deficiências físicas [...]. (DELORS ET AL, 1998, p. 130)

Araújo *et al* (2010) destaca que a inclusão significa compartilhar o processo de humanização, numa experiência de construção coletiva que coloca todos na condição de sujeitos. E acrescenta ainda que todos são sujeitos de sua própria história.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394 de 1996) discutida e implementada a partir da redemocratização do país, e com ampla participação da sociedade civil, contemplou a assistência ao aluno da educação especial em seu Artigo 59, no qual afirma que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

- I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas

deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (LDB, 1996)

Em seguida, o Decreto 3.298/99 regulamentou a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispôs sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e dispõe em seu Artigo 24 acerca da educação que:

§ 1º Entende-se por educação especial, para os efeitos deste Decreto, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educando com necessidades educacionais especiais, entre eles o portador de deficiência.

§ 2º A educação especial caracteriza-se por constituir processo flexível, dinâmico e individualizado, oferecido principalmente nos níveis de ensino considerados obrigatório.

§ 3º A educação do aluno com deficiência deverá iniciar-se na educação infantil, a partir de zero ano.

§ 4º A educação especial contará com equipe multiprofissional, com a adequada especialização, e adotará orientações pedagógicas individualizadas. (BRASIL, 1999, Decreto 3.298)

Esse Decreto tornou a matrícula dos alunos na educação especial nos estabelecimentos de ensino público compulsória e assegurou a educação em todos os seus níveis básicos, atendendo às suas especificidades e transversalidade dos conteúdos.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, em 2001, especifica de forma clara como dever ser a educação especial nos sistemas de ensino, quando coloca que essas Diretrizes vêm representar ao mesmo tempo um avanço na perspectiva da universalização do ensino e um marco funcional quanto à atenção à diversidade da educação brasileira. A adoção do conceito de necessidades educacionais especiais e do horizonte da educação inclusiva implica mudanças significativas. Em vez de pensar no aluno como a origem de um problema, exigindo-se dele um ajustamento a padrões de normalidade para aprender com os demais, coloca-se para os sistemas de ensino e para as escolas o desafio de construir coletivamente as condições para atender bem as necessidades de seus alunos.

Ainda em 2001 a Lei 10.172 que apresenta as metas e estratégias do Plano Nacional de Educação estabeleceu como Meta 4 até o ano de 2016: universalizar, para a população de 4

a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicada pelo MEC (2008), instaura um novo marco teórico e organizacional na educação brasileira, definindo a educação especial como modalidade não substitutiva à escolarização; aplica o conceito de atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à formação dos alunos; e o público alvo da educação especial constituído pelos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Dentre as novidades lançadas pela Política destaca-se o Atendimento Educacional Especializado – AEE, que é um serviço da Educação Especial. É aquele que “[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas”. (MEC, 2008 p.14)

A educação especial é definida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos e serviços, realiza o atendimento educacional especializado e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (MEC/SEESP, 2008, p.15)

A inclusão é um desafio que, ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria da qualidade da educação básica e superior, pois para que os alunos com e sem deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender às diferenças. Todas essas políticas têm como objetivo, professores mais preparados, metodologias adequadas para cada aluno, materiais didáticos adaptados e espaço físico adequado, dentre outros.

Repensar a questão do deficiente, destacando seus estigmas, suas dificuldades e direitos de cidadãos, como também o seu lugar na educação brasileira, exige fundamentalmente a compreensão do conceito de “deficiência” ou de “pessoa deficiente”. Nessa perspectiva, grande parte dos conceitos já existentes relaciona deficiência exclusivamente ao prejuízo ou falta de normalidade, caracterizando a deficiência como algum tipo de comportamento diferenciado.

Nessa perspectiva, Mazzotta (1982) esclarece que, pessoa deficiente é aquela que apresenta algum dano corporal, comportamental ou funcional, enquadrando-se fora dos padrões normais aceitos pela sociedade. Sem sombra de dúvida, este conceito é muito superficial, levando-se em consideração a existência de inúmeros fatores que implicam as pessoas a terem algum tipo de deficiência, indo desde uma lesão cerebral, ocasionada no

desenvolvimento do sistema nervoso, antes, durante ou depois do nascimento, até problemas físicos, originários de situações ambientais.

### **2.3 Formação docente no curso de pedagogia da Universidade Federal do Tocantins com vistas na educação inclusiva**

O Curso de Pedagogia foi instituído no Brasil em 1939, pelo decreto-lei 1190, depois de organizado pela Faculdade Nacional de Filosofia (LIBÂNEO, 2002). Atualmente, a responsabilidade pela formação desses profissionais em nível superior é dos cursos de licenciatura. Conforme art. 62º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Lei nº 9.394/96,

[...] a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Se pensarmos na educação especial como algo novo, fruto de uma mudança de paradigmas que ainda está em construção, em muitos casos esse currículo ainda terá resquícios de uma formação à educação especial ainda lenta, que está sendo modificada ao passo que as relações de poder também se modificam. De acordo com Silva e Moreira (2005) o currículo nessa sociedade pós-moderna tem várias perspectivas para explicar a realidade, mas apenas um discurso único, que vem de encontro as incertezas, novos desafios nas mais diversas áreas, buscando acompanhar as transformações sociais e econômicas. No entanto, como coloca Silva e Moreira (2005) ele deve ainda ser visto como um fator de reprodução de poder, por isso os autores colocam que:

[...] o currículo não é considerado um artefato social e cultural. Isto significa que ele é colocado na moldura mais ampla de suas determinações sociais, de sua história, de sua produção contextual. O currículo não é um elemento neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder. O currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação (SILVA; MOREIRA, 2005, p.7)

O currículo é ao mesmo tempo o maior aliado ou entrave a uma formação docente básica para a educação inclusiva, já que ele ainda permite uma análise da sociedade, das

classes que o constroem, de uma organização da sociedade e da educação que não rompe de imediato com conflitos existentes no interior da formação humana. Pode-se dizer que o currículo caminha nessa perspectiva de mudança, mas buscando atender aos diversos setores sociais. Deixando a cargo de cada instituição moldar essa formação no seu interior. Diante disto é preciso compreender as diversas relações que permeiam o currículo, como se deu seu processo de construção, quais seus fundamentos históricos, filosóficos, epistemológicos, políticos e administrativos, dentre outros, que são a base do curso de graduação.

O curso de graduação Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins coloca que a formação de professores na universidade deve ser fundamentada no pensar crítico vinculado à formação humana e inseparável da clareza de que a ação educativa envolve pessoas. É necessária mudança na forma de pensar a universidade e a escola, refletindo as vidas que delas são parte. A escola básica deve ser pensada na dimensão da própria vida, assumir a formação em seu sentido universal e tornar-se um local de convivência mediada pela democracia e pelo diálogo.

A partir desse direcionamento que a universidade deu ao processo formativo, podemos concluir que o ensino em todas as suas vertentes, deverá atender às necessidades da sociedade, através de um processo de escolarização que se dará na educação básica, esses futuros professores deverão permear as mais diversas situações sociais que perpassam pela escola. Por isso o curso de Pedagogia tem como objetivo:

[...] à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos Anos iniciais do Ensino Fundamental, nos Cursos de formação de professores em nível médio, na Educação profissional na área de serviços, apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando: I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da educação e de projetos e experiências educativas não-escolares; II - produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional em contextos escolares e não-escolares. (RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 2007, p. 18)

Para alcançar esse objetivo, de acordo com a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) Nº 04/2007 que dispõe sobre o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia (PPP), da Universidade Federal do Tocantins, a organização do currículo do curso de Pedagogia - Docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental está estruturada em três núcleos: Estudos Básicos, Aprofundamento e Diversificação de Estudos e Estudos Integradores, articuladores da formação, com carga

horária de integralização de 3.225 horas, distribuídas no tempo mínimo de 9 (nove) semestres, com componentes curriculares de 60 h/aula. As 3.200 horas serão distribuídas da seguinte forma: 2.820 horas de Atividades Formativas, 300 horas de Estágio Supervisionado, na Educação Infantil e nos Anos iniciais do Ensino Fundamental, articuladas à Gestão de Processos Educativos Pedagógicos e à Pesquisa Educacional e 105 horas de atividades complementares.

O Núcleo de Estudos Básicos deverá privilegiar a formação básica, isto é, contemplar os fundamentos teórico-metodológicos necessários à formação do pedagogo: conhecimento da sociedade, da cultura, da educação, do homem, da escola, da sala de aula, da gestão educacional, do ensino-aprendizagem, da produção e apropriação de conhecimento. E a partir das competências, habilidades e atitudes que se espera do futuro profissional o PPP (2007) diz que:

[...] Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras (RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 2007, p. 19).

No entanto, observa-se que das disciplinas destinadas a uma maior compreensão acerca da Educação Inclusiva, temos apenas duas que dão mais ênfase a esta temática: A Educação Especial e LIBRAS, ambas com 60 horas aulas. Ficando o tema podendo ser discutido ou não nas outras disciplinas que compõem os Estudos Básicos, num total de 2.280 horas aulas.

Na disciplina de Educação Especial é bem evidente a educação inclusiva, como especificado na sua ementa abaixo:

Aspectos históricos e legais da Educação Especial: políticas educacionais. Escola e educação inclusiva. Altas habilidades, deficiência (auditiva, visual, mental, física e múltipla). Autismo, síndrome de Down, dislexia. Modalidades de atendimento: suporte e recursos. O surdo e a língua de sinais – LIBRAS. Tecnologias computacionais assistivas para portadores de necessidades educativas especiais. (RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 2007, p. 41).

A disciplina de Língua Brasileira de Sinais - Libras a partir do Decreto 5.626/05, passou a ser inserida no currículo como obrigatória nos cursos de formação de professores. A importância de uma formação sólida deve propiciar fundamentos científicos e sociais aos futuros professores (BRASIL, 1996). Com a política de inclusão, a diversidade deve ser

respeitada e todos aqueles que constituem essa diversidade deve ter um ensino que lhe assegure a aprendizagem dentro das suas especificidades. Isso só foi e é possível se a escola adequar os seus saberes e suas práticas pedagógicas. Godói (2011) coloca que a sociedade atual possui diferentes tempos e espaços, mudanças na forma de pensar, fazer, investigar, pensar, sendo assim, interagir e ensinar exige do professor mais conhecimento em determinadas áreas. Bakhtin (1999) coloca que a surdez é a necessidade especial mais prejudicada em termos de aprendizagem, pois o aluno surdo possui uma característica singular às demais necessidades, “a comunicação” que segundo não há atividade mental sem expressão, mas ao contrário, a expressão organiza a atividade mental. Ainda temos uma grande carência de profissionais para o ensino da Libras.

O Decreto 5.626/05 foi uma forma de buscar ampliar essa formação, ele não obriga o curso em si a ter essa disciplina, mas sim a instituição. No curso de pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, em Palmas, essa disciplina é oferecida desde 2011 com uma carga horária de 60 horas, sendo 30 horas práticas e 30 horas teóricas. O seu objetivo, segundo a ementa do curso é:

A Educação especial: fundamentações teóricas: Legislação, Evolução Histórica, Os contextos da educação inclusiva. A cultura Surda: Surdo e Surdez. Noções da lingüística aplicada à LIBRAS. Nível básico de LIBRAS. Uso de Libras na mídia eletrônica. (RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 2007, p. 19).

O tema educação inclusiva é bastante amplo, se levarmos em consideração que os avanços científicos e tecnológicos estão modificando constantemente a nossa percepção do mundo e do próprio ser humano, fica evidente que é necessário repensar uma estrutura curricular que acompanhe esses avanços. Atualmente o ser humano é compreendido diferente de anos anteriores. Esse processo histórico deve ser fonte de pesquisa e fazer parte da produção de conhecimento por parte dos graduandos. Faz-se necessário investigar e conhecer todo o percurso histórico que norteia a nossa sociedade e compreender o ser humano como parte de uma coletividade, mas que é um ser individual.

Sair do senso comum, apropriar-se dos saberes necessários para uma boa prática docente, só é possível a partir do momento em que os cursos de graduação oferecem aos estudantes uma base à pesquisa da prática docente na sala de aula. Dentro da estrutura curricular do PPC no núcleo de estudos básicos, no qual se objetiva uma reflexão sobre a dimensão da reflexão sobre a sociedade, a educação, a formação humana e a escola, o PPC contempla duas disciplinas que podem ser relevantes na ampliação acerca da educação especial, que são: Psicologia I, Psicologia II. As ementas destas duas disciplinas colocam que:

#### Psicologia I:

Estudo da cartografia contemporânea do desenvolvimento integral da criança abordando as concepções epistemológicas de base para as teorias psicológicas: o inatismo, o empirismo e o interacionismo, identificando a relação teoria e prática no que se refere à aprendizagem sob a ótica construtivista e sócio-interacionista através dos fundamentos da teoria de Jean Piaget, do modelo sócio-genético de Vygotsky e da concepção dialética do desenvolvimento infantil de Henri Wallon caracterizando o construtivismo pós-piagetiano. (RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 2007, p. 36)

#### Psicologia II:

Estudo dos problemas de aprendizagem enfocando a natureza, as manifestações, diagnósticos e sua relação com a cultura e o desenvolvimento da criança. Caracterização dos distúrbios de desenvolvimento e sua influência na aprendizagem, destacando os estudos de casos. Perspectivas atuais psicopedagógicas de atuação no desenvolvimento e aprendizagem infantil com destaque para a prevenção e intervenção, analisando a interação professor e aluno com dificuldades de aprendizado e o trabalho de orientação familiar. (RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 2007, p. 38)

Essas duas disciplinas juntas contemplam 120 horas que, embora não seja diretamente para a educação especial, é possível de se fazer um panorama reflexivo entre os objetivos previstos nas ementas e a educação especial. Quando o professor aborda o tema do desenvolvimento, as dificuldades de aprendizagem, a relação entre cultura e desenvolvimento humano, concepções epistemológicas e teorias da aprendizagem, dentre outros aspectos, é possível que a educação especial esteja presente em todas essas discussões. Porém, as próprias ementas acabam por limitar essa linha de formação, já que o currículo é o que define a forma como os professores irão conceber o ensinar e aprender. Sendo assim, ele passa a ser um reflexo direto das relações sociais.

Segundo Apple (2006) não há apenas a propriedade econômica, mas também a propriedade simbólica – capital cultural - que as escolas preservam e distribuem, criam e recriam formas de consciência que permitem a manutenção e controle social sem terem que usar mecanismos abertos de dominação. Mudar o *status quo* da sociedade é a missão dos cursos de graduação, o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia (2007) define como a missão do curso:

Formar, prioritariamente, profissionais para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos Anos iniciais do Ensino Fundamental com conhecimento profundo da dinâmica da sociedade, da educação, dos sistemas de ensino e da escola como realidades concretas de um contexto



histórico-social. (RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 2007, p. 6)

Esses profissionais atuarão, em sua maioria, na educação básica, nela contém os mecanismos de transformação social. Por isso, os diferentes sujeitos devem ser contemplados nesse processo educativo, a partir do contexto histórico e social dos seus agentes. Isto inclui a educação especial. Todos os alunos devem estar em escolas comuns, o ensino acontece nas classes regulares, ou seja, dentro de um mesmo espaço o professor encontrará os mais diversos sujeitos do processo educativo. E a ação pedagógica deve englobar todos eles, num ensino diversificado, com vistas a uma formação integral.

Alcançar esse objetivo no ensino é um processo que não depende apenas do professor em sala de aula, mas do seu processo formativo. Daí a graduação ser o espaço de construção da identidade profissional, a graduação deve responder, pelo menos em parte, já que apenas a prática é que nos solidifica enquanto profissionais, aos anseios e necessidades pessoais e profissionais dos alunos. Tanto na escola quanto na graduação é preciso definir bem o perfil do ensino. No Projeto Político Pedagógico do curso de graduação o ideal de educação presente é aquele que contemple uma:

a) Educação histórica, adaptada ao homem concreto, que corresponda às necessidades de um mundo em mudança, voltada para a realidade e comprometida com a libertação das pessoas através de uma presença atuante e aberta. Uma educação que considere efetivamente em sua teoria a prática a inserção na realidade sociopolítica e econômica. Uma educação contextualizada histórica e socialmente de forma a ligar ensino e realidade, formando um indivíduo efetivamente construtor da sua história;

b) Educação lógica-dialogal, que possa respeitar as individualidades e as culturas, aberta ao diálogo e que saiba estabelecer uma unidade sadia dentro de uma diversidade ético-político-cultural. Uma educação crítica, questionadora, e conscientizadora dos valores humanos na nossa sociedade. Que consiga cumprir o seu papel de mediadora entre o aluno e o mundo da cultura, privilegiando um processo de transmissão/assimilação crítica. (RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 2007, p. 13)

Diante disto, é possível pensar que a formação docente para a Educação Inclusiva fica carente de muitos temas que necessitam de aprofundamento teórico, sob pena da formação docente ser ineficiente para atuar com este público específico.

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 Objetivo Geral**

- ✓ Identificar no curso de pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, se a graduação assegura aos futuros profissionais as condições básicas para atuarem na Educação Inclusiva de forma eficiente.

#### **3.2 Objetivos Específicos**

- ✓ Conhecer as Diretrizes Nacionais para a formação docente;
- ✓ Verificar a legislação da Educação Inclusiva no Brasil;
- ✓ Analisar o Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins;
- ✓ Discorrer sobre o saber docente e sua prática em sala de aula numa perspectiva de diversidade e Educação Inclusiva.

### **3 RESULTADOS DAS DISCUSSÕES**

Ao centrarmos nossos estudos em torno da formação de professores com a perspectiva da educação inclusiva, vimos que a educação tem seus aportes teóricos bem definidos na legislação vigente. No entanto, as práticas pedagógicas que se efetivam na sala de aula, deveriam valorizar todas as diferenças e a diversidade presentes na escola e que são reflexo direto das relações existentes na sociedade. Ou seja, precisamos além dos conteúdos curriculares uma forma eficiente de desenvolvê-los no ambiente escolar.

Porém, a proposta curricular apresentada no curso de Pedagogia prioriza os conhecimentos relativos à deficiência quanto às suas características e ou condições específicas, fazendo com que a educação especial seja pouco discutida em seus múltiplos aspectos, pois se dá mais ênfase à formação especialista do que à formação humana. São dois pontos no processo educativo que não podem ser dissociados, os saberes científicos do seu caráter humano. Pois é nessa visão do humano que se encontra toda a subjetiva do aluno, portanto, é preciso que a escola e o professor ofereçam um ensino que seja igualitário nas diversidades e que privilegie a construção da cidadania. Nesse modelo de educação para inclusão faz-se necessário que os conteúdos reflitam a realidade dos alunos e da sociedade em geral, identificando suas necessidades, e levando essa discussão para o ensino, a partir de conhecimentos teóricos e práticos, que podem mudar a realidade existente. Essa mudança de

paradigmas se inicia na formação docente e deve se concretizar na sala de aula. Ou seja, se o professor tiver uma formação capaz de construir em si uma mudança no seu modo de ver e pensar a sociedade, em todos os moldes previstos na educação inclusiva, teremos consequentemente um ensino inclusivo.

A formação profissional é um excelente suporte teórico que o professor dispõe para estabelecer as suas práticas inclusivas na escola, mas não é o único. Sendo assim, a formação continuada, a sensibilidade para entender e sentir a educação especial deve ser ações permanentes de todo educador. Pois a inclusão não se faz apenas com conhecimento, sair do senso comum é importante, mas está inserido de fato nesse processo de inclusão e tão ou mais importante quanto se ter apenas os saberes teóricos. Por isso, a educação inclusiva não se completa apenas com a graduação, ela deve ser vista como uma formação permanente de todo profissional, sabemos que o ser humano é dinâmico, assim também deve ser o ensino. Acompanhar e se adaptar às realidades e necessidades sociais, desde que se coloque sempre em primeiro lugar a igualdade e o respeito à diversidade e as diferenças.

O estudo se constitui de uma pesquisa exploratória, bibliográfica e documental, sendo assim, não foi possível conhecer a percepção dos professores e graduando pela Universidade Federal do Tocantins, por isso, a intenção é que o estudo se amplie e seja feita uma pesquisa de campo, onde poderão ser ouvidos os professores e recém graduados do curso para identificar de forma prática como está sendo construído esse ensino com vistas na educação inclusiva, objetivando também conhecer a real situação daqueles que saem da faculdade e começam a atuar na docência. A partir daí será possível identificar mais a fundo como está sendo essa relação entre a formação e sua ação prática em sala de aula.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo do texto buscou-se verificar como a educação especial foi sendo construída na história, buscando situar no tempo e espaço como a sua concepção acerca do deficiente foi sendo desenvolvida. Não apenas na sala de aula, mas na sociedade como um todo, pois foi a partir das mudanças na sociedade que o ensino também pode ser mudado.

Se antes a pessoa com deficiência era vítima de todo tipo de preconceito, não sendo sequer aceita pela igreja e suas famílias. Ficando o seu ensino por conta de salas segregadas, o que não atendia as especificidades de cada aluno. Sem haver de fato um consenso do que seria esse aluno especial, já quem em dados momentos da história as crianças com qualquer tipo de dificuldade de aprendizagem era também mandada às salas segregadas, sem qualquer tipo de diagnóstico.

Foi com os avanços nos campos científico e econômico que a sociedade começou a repensar a deficiência, a manutenção de classes regulares custava mais do que ensinar essas pessoas e lhes dá condições de atuação na sociedade. Aos poucos a percepção de que o deficiente era incapaz e que todos deveriam ter um único ensino acabou não tendo mais espaço na sociedade moderna. Aos poucos as classes para deficientes foram sendo extintas e estudos mais específicos para se conhecer melhor cada deficiência foi avançando e melhorando a qualidade de vida desse grupo.

No Brasil o atendimento ao deficiente começou a melhorar significativamente a partir da Constituição Federal de 1988 onde o Estado passou a ser o responsável direto por eles, devendo manter todas as condições necessárias a uma vida normal. Com a Convenção de Salamanca em 1994 o mundo todo passa a buscar os mesmos ideais no âmbito da deficiência, sendo esta um marco no atendimento educacional e da própria vivência do deficiente na sociedade.

A partir da LDB de 1996 as escolas começaram a atender as deficiências em suas especificidades, sendo permitido o atendimento a essas pessoas apenas nas classes comuns. Atualmente a educação inclusiva tem seu direito assegurado por lei, muitos avanços já foram conquistados, mas é significativo que ainda precisamos avançar em alguns aspectos, especialmente na conscientização da sociedade no que se diz respeito à diversidade.

Um desses espaços de manutenção dos direitos e construção de uma sociedade com mais equidade. Essa proposta de se avançar ainda mais na educação inclusiva perpassa necessariamente pela escola, por isso é preciso que os cursos de formação de professores dêem a estes futuros profissionais todos os requisitos básicos para atuarem na educação básica.

A partir do estudo do PPP do curso de pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, pode-se dizer que ainda temos poucas disciplinas específicas à educação especial e mesmo aqueles que podem ser um suporte ainda carecem de uma melhoria na sua ementa para que seu conteúdo seja mais direcionado, como a psicologia. De forma que, o aprendizado teórico ainda dá pouco subsidio teórico para que o profissional atue em sala de aula.

Mas ao mesmo tempo, também podemos destacar que a educação especial é um espaço de atuação diversificado, assim como o seu conteúdo, então, tanto os novos como atuais profissionais da educação, precisam de uma constante formação continuada. Pode-se concluir que faz-se necessário que as disciplinas obrigatórias sejam revistas e repensada para que o graduando assimile melhor o conhecimento científico e que ele se desenvolva de fato na prática. Por isso o trabalho é apenas o começo de um estudo, que pode ser efetivado com o

estudo mais aprofundado desses profissionais que já passaram pela graduação e estão em sala de aula.

O trabalho teve como objetivo identificar se a formação no curso de pedagogia da Universidade Federal do Tocantins graduação assegura aos futuros profissionais as condições básicas para atuarem na Educação Inclusiva de forma eficiente, o Projeto Político Pedagógico do curso foi analisado para se entender como a educação especial é contemplada durante a formação. Infelizmente ficou evidente que as horas destinadas durante toda a graduação à educação especial são pouquíssimas, se comparadas a toda a estrutura curricular do curso, apenas duas disciplinas são realmente voltadas à educação especial. O que nos permite dizer que está faltando na graduação mais aporte teórico para os futuros professores. Embora o curso traga essa missão de uma educação que contemple a todos, a educação inclusiva fica um pouco de lado, quando ela não é devidamente reconhecida na sua grade curricular.

Este é apenas um estudo inicial, que pode levar a uma reflexão acerca da formação docente, espera-se que a Universidade Federal do Tocantins reveja todos os desdobramentos formativos presentes no curso, e os seus núcleos de estudos, que norteiam toda a formação, sejam incluídos mais elementos da educação especial. Como a grade curricular, aumentando as horas de estudo destinadas à educação especial, ampliando também as disciplinas voltadas a essa temática, com uma emenda mais clara dos elementos da educação inclusiva. Outra sugestão, é que seja direcionado um período do estágio supervisionado para a parte específica da educação especial. São medidas que visam uma maior compreensão pelo graduando do que é a educação inclusiva, para que esses profissionais saiam da universidade e façam a diferença no ensino.

## 5REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARAUJO, Marcos Vinícius de et al . Formação de professores e inclusão escolar de pessoas com deficiência: análise de resumos de artigos na base SciELO. **Rev. Psicopedagogia.**, São Paulo , v. 27, n. 84, 2010 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-84862010000300010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862010000300010&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 05 mar. 2015.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1999.

GODOI, Eliamar. Ensino de libras: balanços, reflexões e desafios de uma educação para a diversidade. In: **Centro CEDES**, Anais. Campinas, 28v., 01 e 02 mar. 2011. Ano I / Publicação I.p.731 – 749.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, MEC/SEESP, 2008.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm).

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm).

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm).

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm).

\_\_\_\_\_. DECRETO 5.884 de 21 de abril de 1933. *Revista de Educação*, v. 2, 1933.

\_\_\_\_\_. **Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão N° 4/2007 (CONSEP)**. Que dispõe sobre o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins – UFT.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. (Porto Alegre: Editora Mediação, 2005).

DELORS, Jacques. **Educação um tesouro a descobrir**: relatório da Comissão Internacional da Educação para o século XXI. UNESCO, MEC. São Paulo: Cortez, 1996,

FREIRE, Patrícia. O papel da comunicação impressa e das novas tecnologias para a aprendizagem organizacional. **Comunicação apresentada ao NP de Relações Públicas e Comunicação Organizacional da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares – INTERCOM, no XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, realizado em Campo Grande-MS, em 2001.

GALLAGHER, J. J. Planejamento da educação especial no Brasil. In: PIRES, N. **Educação especial em foco**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1974.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. *Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011. Editora UFPR*.

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

LIBÂNEO, J.C. Formação dos profissionais da educação: visão crítica e perspectivas de mudança. In: PIMENTA, S.G. **Pedagogia e pedagogos**: caminhos e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2002. p. 11-57.

MALVÃO, Angélica Aparecida; BARCELLOS, Carolina Arantes P.; FREITAS, Valéria Aparecida de. Educação Inclusiva: a diversidade faz parte da vida, o papel do professor como protagonista do processo inclusivo. *JANUS*. Lorena, ano 3, n. 4, 2º semestre de 2006.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Fundamentos da educação especial**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1982.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **A Prática Pedagógica do Professor de Alunos com Deficiência Mental**, UNIMEP, 2003.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal (2000). “A normatização da pobreza: crianças abandonadas e crianças infratoras”. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas-SP: Autores Associados/ Rio de Janeiro, ANPED, nº 15.

MOREIRA, Antonio Flavio; SILVA, Tomaz Tadeu. **Sociologia e Teoria Crítica do Currículo: Uma Introdução**. In: MOREIRA, Antonio Flavio; SILVA, Tomaz Tadeu. Currículo Cultura e Sociedade. 8 ed. São Paulo, Cortez, 2005

NOGUEIRA, Carolina de Matos. **A história da deficiência**: tecendo a história da assistência a criança deficiente no Brasil. UERJ, 2008.

PAULA, J. **Inclusão**: mais que um desafio escolar, um desafio social. São Paulo: Jairo de Paula, 2004.

PIZZOLI, U. Psychologia Pedagogica. **Revista de Ensino**. Transcrição autorizada pelo autor do Estado de S. Paulo. Ano XIII, n. 3, dez. 1914.